

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

COMÉRCIO EXTERIOR E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

COMÉRCIO EXTERIOR E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DISCIPLINA:
ANÁLISE DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL
RESUMO
Ao iniciarmos nosso estudo, vamos trilhar uma área do conhecimento em que a compreensão dos diversos temas que iremos abordar é de suma importância para o entendimento do todo. É importante que você, caro(a) parceiro nesta jornada, entenda fundamentalmente a necessidade de se compreender este Mercado e sua relevância dentro de um contexto macro das ações estabelecidas na condução da Política Macroeconômica do País. É a Política Econômica, por meio da Política Monetária, que dá um norte a ser seguido e tem no Mercado Financeiro o espaço adequado para implantar suas diretrizes, dada a relevância e abrangência do sistema. Em um curso de especialização em Finanças e Vendas, não entender o mercado financeiro, suas nuances, as ações de Estado e sua finalidade no processo de gestão da liquidez do mercado é não saber interpretar os cenários visando uma eficiente administração do futuro das Empresas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 POLÍTICA MONETÁRIA POLÍTICA FISCAL POLÍTICA CAMBIAL POLÍTICA CREDITÍCIA E DE RENDA
AULA 2 OS AGREGADOS MONETÁRIOS NO BRASIL MERCADO ABERTO OU OPEN MARKET REDESCONTO, COMPULSÓRIO E A LEI Nº 14.185/2021 QUANTITATIVE EASING OU FLEXIBILIDADE QUANTITATIVA
AULA 3 ÓRGÃOS NORMATIVOS ENTIDADES SUPERVISORAS OPERADORES DO SFN LEI N. 13.709 - LGPD
AULA 4 TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS O MERCADO DE AÇÕES E A [B]3 TAXA DE CÂMBIO E REGIME CAMBIAL EXPORTAÇÕES E O BALANÇO DE PAGAMENTOS
AULA 5 POLÍTICAS DE CRÉDITO E O SPREAD BANCÁRIO GERENCIAMENTO DE RISCO TIPOS DE RISCOS TIPOS DE GARANTIAS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

AULA 6

BLOCOS ECONÔMICOS

CRISES GLOBAIS

O PAPEL DAS TAXAS DE JUROS

JUROS, TAXAS NOMINAIS, REAIS E ATIVOS FINANCEIROS

BIBLIOGRAFIAS

- CLETO, C. Coleção Gestão Empresarial FAE Business School. Curitiba: Editora Gazeta do Povo, 2002.

DISCIPLINA:

TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RESUMO

O propósito desta disciplina é apresentar aos acadêmicos as principais teorias das relações internacionais desenvolvidas durante o século XX. Antes, porém, é preciso reconhecer que esse tema não começou a ser analisado no século passado, mas sempre foi objeto de interesse de diversos estudiosos, como historiadores, militares, diplomatas e filósofos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

POR QUE ESTUDAR RELAÇÕES INTERNACIONAIS?

ANTECEDENTES TEÓRICOS DO REALISMO CLÁSSICO: NICOLAU MAQUIAVEL E THOMAS HOBBS

O REALISMO CLÁSSICO DE EDWARD CARR

O REALISMO CLÁSSICO: HANS MORGENTHAU

O REALISMO DOS ANOS 1960: A CONTRIBUIÇÃO DE RAYMOND ARON

AULA 2

ANTECEDENTES TEÓRICOS DO LIBERALISMO: MONTESQUIEU, LOCKE, SAINT PIERE E KANT

LIBERALISMO CLÁSSICO: WOODROW WILSON E A LIGA DAS NAÇÕES

O LIBERALISMO ECONÔMICO DE ADAM SMITH

AS CORRENTES CENTRAIS DO LIBERALISMO

O LIBERALISMO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

AULA 3

OS ANTECEDENTES TEÓRICOS: KARL MARX E ANTÔNIO GRAMSCI

A TEORIA DO IMPERIALISMO DE VLADIMIR I. LÊNIN (1870-1924)

AS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA

A TEORIA DO SISTEMA MUNDO: A PERSPECTIVA DE GIOVANNI ARRIGHI

A VERTENTE NEOGRAMSCIANA DA TEORIA CRÍTICA: AS CONTRIBUIÇÕES DE ROBERT COX

AULA 4

ORIGEM DA ESCOLA INGLESA E CONTEXTO HISTÓRICO

CONCEITO DE SOCIEDADE INTERNACIONAL

REGRAS E INSTITUIÇÕES NA SOCIEDADE INTERNACIONAL

ORDEM E JUSTIÇA NA SOCIEDADE INTERNACIONAL

VISÃO DA ESCOLA INGLESA SOBRE A ONU E AS DEMAIS ORGANIZAÇÕES

INTERNACIONAIS

AULA 5

EVOLUÇÃO HISTÓRIA DA TEORIA NEOLIBERAL
PODER E INTERDEPENDÊNCIA
TIPO IDEAL DE POLÍTICA
O PROCESSO POLÍTICO DA INTERDEPENDÊNCIA
O NEOINSTITUCIONALISMO LIBERAL DE KEOHANE

AULA 6

ORIGEM E PRESSUPOSTOS CENTRAIS DO NEORREALISMO
TEORIAS SISTÊMICAS/ESTRUTURALISTAS
PRINCÍPIO ORDENADOR SISTÊMICO
FUNÇÕES DAS UNIDADES
CAPACIDADES RELATIVAS

BIBLIOGRAFIAS

- CORDEIRO, C. C. V.; CULPI, L. A. Teoria de relações internacionais: origens e desenvolvimento. Curitiba: InterSaberes, 2017.
- HERB, K. Além do bem e do mal: o poder em Maquiavel, Hobbes, Arendt e Foucault. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 10, v. 1, 2013.
- SARFATI, G. Teorias de relações internacionais. São Paulo: Saraiva, 2005.

DISCIPLINA:

SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL E PRÁTICAS CAMBIAIS

RESUMO

Neste material serão abordados: os aspectos gerais do Sistema Financeiro Internacional e apresentaremos os principais instrumentos financeiros utilizados para as negociações de moeda. Competências e habilidades: compreensão dos principais aspectos do funcionamento do mercado financeiro internacional, abordando as funções do Banco Central, das Comissões de Valores Mobiliários, das bolsas de valores, do uso das taxas referenciais e como acontecem as pressões de compra e venda e a arbitragem entre os preços internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

BANCOS CENTRAIS
SECURITIES COMMISSION (COMISSÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS)
BOLSAS DE VALORES
TAXAS REFERENCIAIS
OFERTA VERSUS DEMANDA E A ARBITRAGEM

AULA 2

TÍTULOS SOBERANOS
TÍTULOS DE DÍVIDAS PRIVADOS
AGÊNCIAS DE RATING
MODELOS DE REMUNERAÇÃO
VALOR DE MERCADO DO TÍTULO

AULA 3

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE MOEDAS
PARTICIPANTES (PLAYERS) DO MERCADO DE MOEDAS
FORMAÇÃO DE PREÇOS DAS MOEDAS
POLÍTICAS CAMBIAIS
BALANÇO DE PAGAMENTOS, INFLAÇÃO E JUROS

AULA 4

AJUSTE DIÁRIO
GARANTIA
VENCIMENTO DOS CONTRATOS
COMPRADOS E VENDIDOS
HEDGE (PROTEÇÃO)

AULA 5

PRÊMIO (VALOR PAGO OU RECEBIDO)
VENCIMENTO
PREÇO DE EXERCÍCIO (STRIKE)
CALL (OPÇÃO DE COMPRA)
PUT (OPÇÃO DE VENDA)

AULA 6

CARACTERÍSTICAS GERAIS
CÂMBIO À VISTA
CRÉDITO PARA EXPORTAÇÃO
CRÉDITO PARA IMPORTAÇÃO
NON DELIVERABLE FORWARD (NDF)

BIBLIOGRAFIAS

- BERGER, P. L. Mercado de Renda Fixa no Brasil: ênfase em títulos públicos. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2015.
- FMI, 2016. Disponível em: <http://www.imf.org/en/Data>. Acesso em: 1 out. 2016.
- EREIRA, C. L. Mercado de Capitais. Curitiba: Intersaberes, 2013.

DISCIPLINA:

NEGOCIAÇÃO INTERNACIONAL

RESUMO

Nos dias atuais, a todo momento, estamos cercados pelo internacional. Marcas e produtos importados já não são mais os artigos de luxo que eram no passado e agora fazem parte de nosso cotidiano. E esses produtos nos tornaram mais exigentes porque sua oferta aumentou drasticamente nos últimos anos. As empresas – sejam as citadas no relato acima ou outras não mencionadas ali – passaram a negociar, internacionalizar e entregar seus produtos em diferentes países de maneiras distintas. Seja qual for a forma escolhida para internacionalização, no final das contas o acesso a produtos de marcas estrangeiras ou fabricados em outro lugar só é possível por conta de uma coisa: a globalização, que veremos a partir daqui.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1 À AULA 6

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

BIBLIOGRAFIAS

- CAVUSGIL, S. T.; KNIGHT, G.; RIESENBERGER, J. Negócios internacionais: estratégia, gestão e novas realidades. Pearson: São Paulo, 2010.
- NYEGRAY, J. A. L. Projetos internacionais: estratégias de expansão internacional. Curitiba: Intersaberes, 2016.

DISCIPLINA:

COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO INTERNACIONAL NO AGRONEGÓCIO

RESUMO

Esta disciplina nos revela que o agronegócio representa boa parte do PIB brasileiro. É o motor da economia nacional, registrando avanços de pesquisa e tecnologia, capacidade empregadora e de geração de renda para o país. Ele compreende diversas atividades econômicas, como produção agrícola, pecuária, reflorestamento, agrofloresta, extrativismo, agroindústria, transporte e comercialização de produtos primários e processados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CARACTERÍSTICAS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO
A RELEVÂNCIA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO
POTENCIAL DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO
COMPETITIVIDADE NO AGRONEGÓCIO

AULA 2

PANORAMA E ASPECTOS DO AGRONEGÓCIO
A EVOLUÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO CENÁRIO ATUAL
FUNÇÃO E CRÍTICAS DO AGRONEGÓCIO NA ECONOMIA
MARKETING RURAL NO AGRONEGÓCIO

AULA 3

TRATADOS E ACORDOS COMERCIAIS
MECANISMOS E DEFESA COMERCIAL
BARREIRAS COMERCIAIS
BLOCOS ECONÔMICOS

AULA 4

PAPEL DO AGRONEGÓCIO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS
AGRONEGÓCIO BRASILEIRO E O MERCADO GLOBALIZADO
AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: COMO É VISTO NO MERCADO MUNDIAL
INSERÇÃO INTERNACIONAL NO AGRONEGÓCIO

AULA 5

PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO
PRINCIPAIS MERCADOS INTERNACIONAIS DO AGRONEGÓCIO
RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO AGRONEGÓCIO
FORTE EXPANSÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

AULA 6

SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E AMBIENTAL NA AGRICULTURA FAMILIAR
AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA
AGRICULTURA ORGÂNICA
SISTEMA AGROFLORESTAL (SAF)

BIBLIOGRAFIAS

- BONATTI, P. T. Agronegócio. São Paulo: Chiado, 2017. v.1
- CALLADO, A. A. C. Agronegócio. 4. ed. Curitiba: Atlas, 2015.
- DECOTELLI, C. A.; SHENG, H. H.; SCHOUCHANA, F. Gestão de riscos no agronegócio. São Paulo: FGV, 2013.

DISCIPLINA:

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS
GLOBAIS

RESUMO

A nossa percepção, como sociedade, a respeito das fronteiras tem se alterado: tradições e valores são afetados por essa globalização da informação, alterando noções nacionais ou locais a respeito de determinado assunto. Isso influencia consequentemente a própria dinâmica de políticas públicas, a qual possui um novo desenho de comunidade, de modo que as dificuldades econômicas e sociais demandam soluções eficientes e eficazes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITO DE POLÍTICA PÚBLICA
BASE TEÓRICA DA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
EMPREENDEDORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS
DIVERSAS DIMENSÕES E CATEGORIAS DAS POLÍTICAS

AULA 2

O CONCEITO DE POLÍTICA PÚBLICA PARA O DIREITO
CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
DIREITOS E GARANTIAS SOB PROTEÇÃO DO ESTADO
EXEMPLOS DE DIREITOS POSITIVADOS QUE SÃO OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA 3

IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA
FORMAÇÃO DA AGENDA E ALTERNATIVAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
TOMADA DE DECISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA 4

GLOBALIZAÇÃO, ESTADO NACIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS
GLOBALIZAÇÃO E A CRISE DO ESTADO-NAÇÃO
DIFUSÃO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
CONVERGÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA 5

FUNÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

INFLUÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS NOS CICLOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
IMPACTOS GERAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS PELAS ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS
INSTRUMENTOS E MEIOS UTILIZADOS PELAS ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS PARA INFLUENCIAR POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA 6

REGIONALISMO NA AMÉRICA LATINA
REDES TRANSNACIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
COMUNIDADES EPISTÊMICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS TRANSNACIONAIS
CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIAS

- FARIA, C. A. P. de (Org.). Implementação de políticas públicas: teoria e prática. Belo Horizonte: Ed. da PUC Minas, 2012.
- _____. (Org.) Políticas públicas e relações internacionais. Brasília: Enap, 2018.
- SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

DISCIPLINA:

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

RESUMO

Os meios de comunicação, sejam conectados à rede, sejam unplugged, transmitem informações sobre acontecimentos internacionais a todo instante. No entanto, informações sobre esse âmbito, na maior parte das vezes, podem passar despercebidas por grande parte da população (Pecequillo, 2012). Talvez isso ocorra porque, num primeiro momento, notícias sobre a quase falência de uma determinada grande empresa brasileira podem dar a falsa certeza de que esse infortúnio influencia mais o cotidiano dos brasileiros do que o desenrolar de uma crise econômica em algum país vizinho. Além disso, ainda há aqueles que acreditam que dar atenção aos acontecimentos internacionais é uma forma de menosprezar os desafios e os acontecimentos domésticos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O CENÁRIO INTERNACIONAL
TRATADOS INTERNACIONAIS
AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS
UNESCO

AULA 2

AS LEIS E A ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL
AS MISSÕES ACADÊMICAS
INTERCULTURALIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

AULA 3

ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO
MODALIDADES DE MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL

RISCOS E DESAFIOS PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO INSTITUCIONAL
BARREIRAS LINGUÍSTICAS

AULA 4

ATRIBUIÇÕES DOS SETORES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ATRIBUIÇÕES DOS COORDENADORES E ORIENTADORES DO CURSO
ATRIBUIÇÕES DO ALUNO
APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS

AULA 5

CHOQUE CULTURAL
CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS (CSF)
ERASMUS MUNDUS, FUNDAÇÃO CAROLINA E FULBRIGHT
IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL

AULA 6

CIBERESPAÇO
SOCIEDADE EM REDE
CONECTIVISMO
O QUE E COMO ESTUDAMOS ATÉ AQUI?

BIBLIOGRAFIAS

- AKKARI, A. Internacionalização das Políticas Educacionais. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CUNHA, M. I. da. Qualidade da educação superior e a tensão entre democratização e internacionalização na universidade brasileira. In: _____. (Ed.) Internacionalização e Democratização: uma tensão na qualidade da educação superior? São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 17–32.
- LISBOA, T. C. Internacionalização da Educação. In: KUAZAQUI, E. (Ed.) Relações internacionais: desafios e oportunidades de negócios no Brasil. São Paulo: Literare Books, 2018. p. 303–330.

DISCIPLINA:

DIREITO ADUANEIRO

RESUMO

O direito aduaneiro versa sobre diversos temas relacionados à importação e exportação de bens e serviços. Quantas pessoas já importaram ou exportaram produtos e serviços sem se darem conta das regras e procedimentos corretos para a entrada e/ou saída desses bens e serviços do país? Quantos dos seus clientes já pensaram em importar mercadorias para revender no Brasil olhando somente o valor do produto no exterior e concluindo que esse negócio será o chamado negócio da China? E quantos clientes não lhe perguntam o procedimento, a legislação aplicável, a forma como trazer o produto para o mercado brasileiro? E, ainda, quantos clientes precisam importar bens e serviços para que continuem competitivos em relação à venda ou revenda de seus produtos no mercado interno e externo? Para entender os procedimentos, tributos, a legislação aplicável etc. sobre importação e exportação de bens e serviços, existe o direito aduaneiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ADUANA

FONTES DO DIREITO ADUANEIRO

TERRITÓRIO ADUANEIRO

TRATADOS INTERNACIONAIS

AULA 2

ÓRGÃOS INTERVENIENTES NO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO - PARTE II

REGULAMENTO ADUANEIRO

REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS - PARTE I

REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS - PARTE II

AULA 3

COMPOSIÇÃO DO VALOR ADUANEIRO

TRIBUTOS – PARTE I

TRIBUTOS – PARTE II

TRIBUTOS – PARTE III

AULA 4

PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA HABILITAÇÃO NO RADAR

REVISÃO ADUANEIRA

PENA DE PERDIMENTO

CONSULTA À LEGISLAÇÃO

AULA 5

EXCESSO DE PRAZO QUANTO AOS DOCUMENTOS ENTREGUES PARA
HABILITAÇÃO NO RADAR

EXCESSO DE PRAZO PARA RESPOSTA QUANTO AO ANDAMENTO DO PROCESSO
DE DESEMBARAÇO ADUANEIRO POR MOTIVO DE GREVE E DEMAIS FATORES
AÇÃO DECLARATÓRIA PARA RECONHECIMENTO DE ILEGALIDADE E/OU
INCONSTITUCIONALIDADE DE TRIBUTOS NA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
CUMULADO COM A RESTITUIÇÃO DO PAGAMENTO INDEVIDO NOS ÚLTIMOS
CINCO ANOS

AÇÃO DECLARATÓRIA PARA RECONHECIMENTO DE ILEGALIDADE E/OU
INCONSTITUCIONALIDADE COM RELAÇÃO AO AUMENTO DA TAXA SISCOMEX,
BEM COMO A RESTITUIÇÃO DO PAGAMENTO INDEVIDO NOS ÚLTIMOS CINCO
ANOS

AULA 6

FLUXOGRAMA DE EXPORTAÇÃO

FLUXOGRAMA DE IMPORTAÇÃO - PARTE I

FLUXOGRAMA DE IMPORTAÇÃO - PARTE II

CONSULTA À CLASSIFICAÇÃO FISCAL

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- _____. Lei n. 10.637, de 30 de dezembro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 31

dez. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10637.htm.

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Documento de estudo: visão de futuro para a aduana brasileira. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.dsbrh.org.br/site/docs/documentoaduana.pdf>.

DISCIPLINA:
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E O COMBATE AOS CIBERCRIMES
RESUMO
As empresas de segurança cibernética e outras organizações privadas que se concentram na segurança, risco comercial e/ou análise de ameaças em todo o mundo publicam relatórios de tendências de crimes cibernéticos e/ou contra a segurança cibernética com base em incidentes históricos de segurança cibernética e seus tipos, frequência e impacto. Por exemplo, em 2018, o ransomware foi identificado como uma tendência de crimes cibernéticos, pela empresa TrendMicro. Com essa forma de crime cibernético, os sistemas de computador são infectados com código malicioso (malware) e os dados neles são disponibilizados como inacessíveis aos seus proprietários e/ou usuários legítimos até que uma taxa seja paga ao criminoso cibernético.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 DIREITO INTERNACIONAL E HARMONIZAÇÃO LEGAL AS DIFICULDADES LEGAIS, ÉTICAS E OPERACIONAIS DO COMBATE AOS CIBERCRIMES O PAPEL DA LEGISLAÇÃO ESPECIAL DE CIBERCRIMES NO DIREITO INTERNACIONAL DIREITO INTERNACIONAL E HARMONIZAÇÃO LEGAL
AULA 2 CONDUZINDO INVESTIGAÇÕES SOBRE CIBERCRIMES - PARTE 1 CONDUZINDO INVESTIGAÇÕES SOBRE CIBERCRIMES - PARTE 2 OBSTÁCULOS ÀS INVESTIGAÇÕES DE CIBERCRIMES GESTÃO DO CONHECIMENTO
AULA 3 DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO DE CIBERCRIME - PARTE 1 DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO DE CIBERCRIME - PARTE 2 DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DE TERCEIROS TRATADOS INTERNACIONAIS DE CIBERCRIMES E OS DIREITOS HUMANOS
AULA 4 ESTRATÉGIAS DE CIBERSEGURANÇA CICLO DA ESTRATÉGIA DE CIBERSEGURANÇA NACIONAL COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA CIBERSEGURANÇA POSTURA DE CIBERSEGURANÇA E O COMBATE AO CIBERCRIME
AULA 5 MECANISMOS FORMAIS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL INSTRUMENTOS NACIONAIS E REGIONAIS

REQUERIMENTOS DE ASSISTÊNCIA MÚTUA
MECANISMOS INFORMAIS DE COOPERAÇÃO

AULA 6

CAPACIDADE NACIONAL E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO COMBATE AOS CIBERCRIMES NO BRASIL -
PARTE 1

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO COMBATE AOS CIBERCRIMES NO BRASIL -
PARTE 2

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO COMBATE AOS CIBERCRIMES NO BRASIL -
PARTE 3

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, p. 2.391, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm.
- _____. Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, p. 19.699, 13 out. 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm.
- _____. Lei n. 12.735, de 30 de novembro de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, p. 1, 3 dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12735.htm.

DISCIPLINA:

ESPAÇO GEOGRÁFICO, ECONOMIA E COMÉRCIO INTERNACIONAL

RESUMO

Esta disciplina tem como objetivo estudar o espaço geográfico e as formas como o ser humano se apropria dos recursos disponíveis, de forma espontânea ou planejada, com base nos mecanismos de exploração com maior ou menor racionalidade, interferindo nas formas encontradas na natureza e se apropriando dos diferentes saberes, de forma a modificar os espaços conforme seus interesses sejam eles institucionais, culturais, econômicos ou sociais. Serão apresentadas as bases teóricas do conhecimento geográfico e os fundamentos teóricos da economia. São duas ciências distintas que se complementam na análise do sistema econômico e geográfico, o qual se intensifica na complexidade da política, do espaço, do comércio e do mundo dos negócios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ECONOMIA

O SISTEMAS ECONÔMICOS E SOCIAIS

O ESTADO E SUA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

A NOVA COMPOSIÇÃO GEOGRÁFICA E A NATUREZA DO COMÉRCIO
INTERNACIONAL

AULA 2

INTRODUÇÃO

DA TEORIA KEYNESIANA À HEGEMONIA DAS GRANDES CORPORAÇÕES

GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO – UMA NOVA ROUPAGEM DO CAPITALISMO

GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO – A PORTA DE ENTRADA DO GLOBAL PARA O LOCAL

A METRÓPOLE EM UM CONTEXTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA

AULA 3

INTRODUÇÃO

O COMÉRCIO INTERNACIONAL E AS NAÇÕES IMPERIALISTAS

DA CRIAÇÃO DA ONU ÀS CONTRIBUIÇÕES DA CEPAL PARA O

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICO EUROPEU E SEU MERCADO COMUM

O COMÉRCIO INTERNACIONAL E A FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS –

NAFTA, ALCA E MERCOSUL

AULA 4

INTRODUÇÃO

O ESTADO E O SISTEMA MONETÁRIO

O FMI E SUAS ESTRATÉGIAS PARA ASSEGURAR UMA GEOPOLÍTICA CAPITALISTA

AS INSTITUIÇÕES DE BRETTON WOODS E A GEOPOLÍTICA INTERNACIONAL

O BALANÇO DE PAGAMENTOS E A GEOPOLÍTICA INTERNACIONAL

AULA 5

INTRODUÇÃO

A CADEIA DE VALOR (SUPPLY VALUE)

O CIRCUITO INFERIOR, O CIRCUITO SUPERIOR E A ECONOMIA INTERNACIONAL

A NOVA LÓGICA DE LOCALIZAÇÃO, PRODUÇÃO E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

A LÓGICA DA FINANCEIRIZAÇÃO GLOBALIZADA E O NEOLIBERALISMO

AULA 6

INTRODUÇÃO

O TEOREMA DE HECKSCHER-OHLIN

O GATT E A OMC

O CONSENSO DE WASHINGTON E O SUPPLY-SIDE ECONOMICS

OS BRICS E A OCDE

BIBLIOGRAFIAS

- CARLOS, A. F. A. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur, 2007.
- CASTRO, I. E. de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- GARBOSSA, R. A.; SILVA, R. dos S. O processo de produção do espaço: impactos e desafios de uma urbanização. Curitiba: InterSaberes, 2016.

DISCIPLINA:

INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS

RESUMO

A proposta da presente disciplina é a de debater o papel exercido pelas empresas transnacionais no cenário internacional, apresentando as características centrais desses atores que tem ganhado cada vez mais espaço.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

DIMENSÕES DA GLOBALIZAÇÃO – ECONÔMICA, POLÍTICA E CULTURAL

HISTÓRIA DA GLOBALIZAÇÃO – HEGEMONIA E COMÉRCIO

FASES DA GLOBALIZAÇÃO

BRETTON WOODS E A EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO

AULA 2

INTRODUÇÃO

O REGIME FORDISTA-TAYLORISTA E O TOYOTISMO

DEFINIÇÃO DE INTERNACIONALIZAÇÃO

DEFINIÇÃO DE EMPRESAS MULTINACIONAIS E TRANSNACIONAIS

PROCESSOS E FORMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS

AULA 3

INTRODUÇÃO

O PARADIGMA ECLÉTICO DE DUNNING

TEORIAS COMPORTAMENTALISTAS: ESCOLA DE UPPSALA

ESCOLA NÓRDICA DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS OU MODELO DE REDES

A ABORDAGEM DA EMPREENDEDORA INTERNACIONAL OU BORN GLOBALS

AULA 4

INTRODUÇÃO

IMPACTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DAS ESTRATÉGIAS DAS EMPRESAS

COMO NEGOCIAR COM DIFERENTES CULTURAS – ORIENTE MÉDIO, AMÉRICA LATINA E BRASIL

COMO NEGOCIAR COM DIFERENTES CULTURAS – EUROPA OCIDENTAL, EUROPA ORIENTAL E OS NORTE-AMERICANOS

ONDE AS EMPRESAS MULTINACIONAIS INVESTEM E ONDE NÃO INVESTEM

AULA 5

INTRODUÇÃO

RELAÇÃO ENTRE O PAÍS QUE RECEBE E O PAÍS DE ORIGEM DAS MULTINACIONAIS

MULTINACIONAIS X ESTADO-NAÇÃO: DIMINUIÇÃO DA SOBERANIA DO ESTADO?

ESTUDO DE CASO – PROTOCOLO DE CARTAGENA E AS EMPRESAS MULTINACIONAIS?

TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E AS EMPRESAS MULTINACIONAIS

AULA 6

INTRODUÇÃO

ESTUDO DE CASO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DE UMA EMPRESA DO SETOR DE TRANSPORTES: MARCOPOLO

O CASO DA JBS

O CASO DO BOTICÁRIO

APLICANDO AS TEORIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO AOS CASOS ESTUDADOS

BIBLIOGRAFIAS
- DALLA COSTA, A. J.; SANTOS, E. R. Estratégias e negócios das empresas diante da internacionalização. Curitiba: IBPEX, 2011. - EICHENGREEN, B. A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Editora 34, 2000. - GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
DISCIPLINA:
PROCEDIMENTOS DE TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E LOGÍSTICA INTERNACIONAL
RESUMO
Eles estão por todos os lados e nos atendem desde uma simples ida ao supermercado até um passeio prazeroso com nossa família. Você ainda não tinha se dado conta de que os modais de transporte estão em tudo que fazemos? E olha que não estamos exagerando, eles estão em tudo mesmo.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 À AULA 6 VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
BIBLIOGRAFIAS
- ABRAPHE. Associação Brasileira dos Pilotos de Helicóptero. Disponível em: https://www.abraphe.org.br/abraphe-informa/. - ANAC. Agência Nacional de Aviação Civil. Anuário do Transporte Aéreo divulgados pela Anac. Disponível em: https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/mercado-de-transporte-aereo/anuario-do-transporte-aereo. - ANTT. Agência Nacional de Transportes Terrestres. Transporte Multimodal de Cargas. Disponível em: https://portal.antt.gov.br/transporte-multimodal-de-cargas. CNT. Confederação Nacional de Transportes. Sondagem CNT de Eficiência Energética no Transporte Rodoviário de Cargas. Disponível em: https://cnt.org.br/sondagem-eficiencia-energetica.